

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores Acionistas:
 Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	62.488	59.387
Concessionárias	4	32.795	49.729
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	61	468
Outros tributos compensáveis	5	19.274	12.938
Outros créditos	9	1.203	1.836
Total do Ativo Circulante		115.821	124.358
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	3.271	2.693
Outros tributos compensáveis	5	8.305	24.327
Tributos diferidos	6	62.691	50.524
Cauções e depósitos vinculados	8	31.043	32.175
Outros créditos	9	485	335
Imobilizado	10	1.208.361	1.255.604
Intangível	11	11.622	13.459
Total do Ativo Não circulante		1.219.983	1.269.063
TOTAL DO ATIVO		1.441.599	1.503.475

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2019	31/12/2018
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	12	12.806	20.318
Outros tributos a recolher	5	247	695
Debêntures	13	20.846	13.440
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	14	36.624	34.170
Uso do bem público	15	927	893
Provisões	16	11.644	16.096
Outras contas a pagar	9	1.663	2.403
Total do Passivo Circulante		84.757	88.015
Não circulante			
Tributos diferidos	6	1	24
Debêntures	13	199.574	212.751
Empréstimos e financiamentos	14	526.586	541.248
Uso do bem público	15	11.122	10.897
Provisões	16	12.637	20.434
Outras contas a pagar	9	1.224	636
Total do Passivo Não circulante		751.144	785.990
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	17.1	728.600	728.600
Prejuízos acumulados		(122.902)	(99.130)
Total do Patrimônio Líquido		605.698	629.470
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.441.599	1.503.475

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2019	2018
Receitas	18	139.233	154.846
Custo da operação e do serviço de energia elétrica	19		
Custo do serviço de energia elétrica		(45.315)	(57.224)
Custo de operação		(56.131)	(55.120)
		(101.446)	(112.344)
		37.787	42.502
Lucro bruto			
Despesas e Receitas operacionais	19		
Despesas gerais e administrativas		(3.328)	(2.991)
Outras despesas e receitas operacionais		(692)	13.365
		(4.020)	10.374
		33.767	52.876
Lucro antes do resultado financeiro e tributos			
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		5.618	6.834
Despesas financeiras		(75.324)	(80.143)
		(69.706)	(73.309)
		(35.939)	(20.433)
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro			
Tributos sobre o lucro	21		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		12.167	6.931
		12.167	6.931
		(23.772)	(13.502)
Prejuízo do exercício			
Resultado por ação atribuível aos acionistas	22		
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)			
ON		(0,03265)	(0,01855)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2019	2018
Prejuízo do exercício	(23.772)	(13.502)
Resultado abrangente do exercício	(23.772)	(13.502)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2019	2018
Geração do valor adicionado	166.131	183.760
Recetta operacional	161.214	178.231
Recetta relativa à construção de ativos próprios	4.916	5.521
Outras receitas	1	8
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(65.457)	(63.781)
Custos da energia comprada	(33.729)	(45.792)
Encargos de uso da rede elétrica	(16.194)	(17.238)
Materiais	(2.972)	(1.863)
Serviços de terceiros	(1.036)	(8.791)
Outros custos operacionais	(1.526)	9.903
Valor adicionado bruto	100.674	119.979
Retenções		
Depreciações e amortizações	(44.833)	(45.569)
Valor adicionado líquido produzido	55.841	74.410
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	5.902	7.221
Valor adicionado total a distribuir	61.743	81.631
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	3.099	2.930
Benefícios	874	524
FGTS	255	189
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	5.572	11.078
Estaduais	272	119
Municipais	1	8
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	75.324	80.143
Aluguéis	118	142
	85.515	95.133
Prejuízo do exercício	(23.772)	(13.502)
	61.743	81.631

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
 A Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Companhia ou Cachoeira Caldeirão) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de outubro de 2012, com sede no município de Ferreira Gomes, no estado do Amapá, sendo controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil).
 A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (UHE Cachoeira Caldeirão), a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.
1.1 Concessão
 A Companhia detém o direito de concessão da UHE Cachoeira Caldeirão por meio do Contrato de Concessão nº 01/13, celebrado junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, com as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWm)	Início	Término
Cachoeira Caldeirão	AP	Produtor Independente	Concessão	219,00	129,70	29/05/2013	29/05/2048

 O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Araguari sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. A energia assegurada de 129,7 MWm foi comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos. O preço estabelecido no Contrato de Concessão é de R\$95,51 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2019, o preço atualizado do contrato é de R\$135,23 por MWh. O contrato de concessão tem prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da data de sua assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual. Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.
 As três unidades geradoras da usina, cada uma com capacidade instalada de 73 MW, tiveram sua entrada em operação autorizada pela ANEEL nos meses de maio, junho e agosto de 2016.
1.1.1 Uso do bem público - UBP
 A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Cachoeira Caldeirão, recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor original de R\$658, atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$954, corrigidos anualmente pela variação do IPCA. Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente remanescente da obrigação é de R\$12.049 (R\$11.790 em 31 de dezembro de 2018) (Nota 15). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.
1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D
 A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação
2.1 Declaração de conformidade
 As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
 A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.
 A Administração avaliou a capacidade da Companhia, em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
 A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
 A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 17 de janeiro de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.
2.2 Práticas contábeis
 As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.
2.3 Base de mensuração
 As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 23.1.1.
2.4 Uso de estimativa e julgamento
 Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas por menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 4); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 10 e 11); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 16.1); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 23.1.2); e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 16.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação
 A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável
 A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.
 Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso não tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro
 São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não recuperável
 O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.
 O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.
 No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, após proceder ao teste de recuperabilidade dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas
 Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade do IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

Número/ Descrição	Correlação IASB	Natureza	Data Publicação (Brasil)	Obrigatoriedade de adoção	Impactos Contábeis relevantes	Método de Adoção
CPC 06 (R2) - Arrendamentos (Nota 2.7.1)	IFRS 16	Pronunciamento	21/12/2017	01/01/2019	Sem impactos	Sem impactos da adoção para o exercício
CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária	IAS 29	Pronunciamento	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Prevista no CPC 42	IFRIC 7	Interpretação	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (Nota 2.7.2)	IFRIC 23	Interpretação	21/12/2018	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios
Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18 (Nota 2.7.3)	Diversos CPCs	Revisão	01/11/2018	01/01/2019	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (<i>Conceptual Framework</i>) (Nota 2.7.4)	<i>Conceptual Framework</i>	Estrutura Conceitual	10/12/2019	01/01/2020	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios

(*) obrigatória somente quando do enquadramento da moeda funcional utilizada pela entidade no alcance de economia hiperinflacionária apresentada pelo pronunciamento CPC 42.

2.7.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento
 Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconhece: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos a aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2). A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance do CPC 06 (R1).

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

2.7.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro
Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias. A interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; e (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia concluiu que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.7.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18
O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPCs em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

2.7.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (*Conceptual Framework*), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC nº 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica a determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos; (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade; (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela; e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para aqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS Interpretations Committee), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	10.770	11.259
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	51.718	48.128
Total	62.488	59.387

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 97,00% e 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 23.

4 Concessionárias

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Suprimento de energia elétrica	4.1	24.640	40.431
Energia de curto prazo		8.155	9.298
Total		32.795	49.729

Os saldos são totalmente vencidos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, os mesmos são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Análise requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 23.2.4.

4.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício é decorrente, substancialmente, da negociação de sobra de lastro energético do ano de 2018, efetuada em dezembro de 2018 e recebida durante o exercício.

5 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em Nota	31/12/2018	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar		3.161			171			3.332
		3.161	-	-	171	-	-	3.332
Circulante		468						61
Não circulante		2.693						3.271
Outros tributos compensáveis								
ICMS		132						132
PIS e COFINS	5.1	26.927	4.610				(15.220)	16.317
IRRF sobre aplicações financeiras		7.671	938					8.609
Outros		2.535	54	(68)				2.521
37.265		5.602	(68)				(15.220)	27.579
		12.938						19.274
Circulante		24.327						8.305
Não circulante								
Passivos a recolher								
Outros tributos a recolher								
ICMS		368	528		90	(961)		25
PIS e COFINS		-	15.220				(15.220)	6
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		107	711			(755)		159
Encargos com pessoal		220	242		37	(340)		159
Total Circulante		695	16.701	-	127	(2.056)	(15.220)	247

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

5.1 PIS e COFINS

Do montante total de créditos de PIS e COFINS de R\$16.317 (R\$26.927 em 31 de dezembro de 2018), R\$2.017 (R\$17.237 em 31 de dezembro de 2018) referem-se a créditos originados na aquisição de insumos e de ativos imobilizados para a construção da UHE Cachoeira Caldeirão que estão sendo compensados com os respectivos débitos desses impostos na medida que os faturamentos de energia elétrica estão sendo realizados.

6 Tributos diferidos

	Nota	31/12/2019	31/12/2018	Ativo Não circulante 31/12/2019	31/12/2018	Passivo Não circulante 31/12/2019	31/12/2018
PIS e COFINS						1	24
Imposto de renda e contribuição social	6.1	62.691	50.524				
Total		62.691	50.524			1	24

6.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

6.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante 31/12/2019	31/12/2018	Passivo Não circulante 31/12/2019	31/12/2018	Resultado 2019	2018
Prejuízos Fiscais	32.839	22.948			9.891	949
Base Negativa da Contribuição Social	11.822	8.261			3.561	341
	44.661	31.209	-	-	13.452	1.290
Diferenças Temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.464	5.370			(1.906)	3.912
Gastos Pré-operacionais	2.743	4.801			(2.058)	(2.057)
Uso do bem público - CPC 25	1.355	1.268		97	184	213
Licenças ambientais	10.269	8.142			2.127	3.742
Outras	202	8			377	(169)
Total diferenças temporárias	18.033	19.589	3	174	(1.285)	5.641
Total bruto	62.694	50.798	3	274	12.167	6.931
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(3)	(274)	(3)	(274)		
Total	62.691	50.524	-	-		

6.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	A partir de 2028	Total
	3.963	3.963	3.963	3.514	4.101	11.503	31.687	62.694

7 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas) Operacional	
				Circulante 31/12/2018	Não circulante 31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
Concessionárias (Nota 4)									
Suprimento de energia elétrica									
ECE Participações	Controle Comum (**)	271,83	01/10/2018 até 31/10/2018	22.247	-	-	-	-	22.247
				22.247	-	-	-	-	22.247
Outros créditos e outras contas a pagar (Nota 9)									
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (a)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2015 até 31/12/2021				22	(170)	(264)
EDP Espírito Santo	Controle Comum		29/07/2015 até 29/07/2019					(1)	
Contrato Prestação de Serviços (b)									
EDP PCH	Controle Comum (*)		01/01/2016 até 31/12/2018						(468)
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/10/2019 até 31/12/2022			123		(123)	
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2019 até 31/12/2022					(369)	
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais e Atividades de Backoffice (c)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2019 até 31/12/2019		429	259	371	200	(424)
				-	429	259	-	494	222
									(1.087)
									(1.020)
Fornecedores (Nota 12)									
Suprimento de energia elétrica									
Energest	Controle Comum	134,95	01/01/2017 até 31/12/2046			412	397	(4.847)	(4.672)
ECE Participações	Controle Comum (**)	78,96	01/12/2018 até 31/12/2018				3.701		(3.701)
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/07/2018 até 31/12/2019			3.437	2.735	(20.402)	(16.229)
Encargos de uso de rede									
EDP Transmissão	Controle Comum		09/02/2019 a 10/02/2047			2			(13)
				-	-	-	3.851	6.833	(25.262)
				22.247	429	259	3.851	6.833	494
								222	(26.349)
									(3.375)

(*) A EDP PCH foi alienada em 21 de dezembro de 2018 e conseqüentemente, a partir desta data, não mais faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

(**) Incorporada pela CEJA (Controle Comum) em 30 de novembro de 2019.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As garantias concedidas estão descritas na nota de Garantias (Nota 25.2).

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial. O primeiro contrato foi firmado pelo período de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2015 com término em 31 de dezembro de 2018. Em 2019 foi celebrado um novo contrato substituindo o anterior com a mesma finalidade, com duração de 36 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2019 com o término em 31 de dezembro de 2021. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não possuem tarifa ou preço regulado, nos termos da REN 699/2016.

EDP - Energias do Brasil

O contrato de compartilhamento de recursos humanos, celebrado em 2018 com duração de 24 meses, tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 2019 foi celebrado contrato de prestação de serviços de operação e pós operação da UHE Cachoeira Caldeirão, com duração de 36 meses. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não possuem tarifa ou preço regulado, nos termos da REN 699/2016. Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o contrato firmado entre a EDP - Energias do Brasil e a Companhia poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

(b) Contratos de Prestação de Serviços

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com vigência de 36 meses, a partir de 1º de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2021, pela EDP - Energias do Brasil como cedente, tendo como cessionária a EDP Comercializadora, sendo que um aditivo foi firmado em 1º de outubro de 2019, quando do início das prestações de serviços, passando a EDP Comercializadora para cedente. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O valor total dos serviços contratados é de R\$1.476, a serem pagos em parcelas mensais de R\$41, atualizado anualmente pelo IPCA.

(c) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independentemente.

7.1 Controladora direta e Controladoras finais

A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A., e a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.

8 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em 31/12/2019
Depósitos judiciais	16.1	3.880	89	(565)	(3)	(3.285)	116
Cauções vinculadas a empréstimos, financiamentos e debêntures	8.1	28.295	29.033	2.110	(28.511)		30.927
Total Não Circulante							

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

11.1 Composição do Intangível

	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Direito de concessão - Licenças ambientais	16,67	9.026	(6.017)	3.009	16,67	9.026	(4.513)	4.513
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	2,85	9.976	(1.913)	8.063	2,85	9.976	(1.628)	8.348
		19.002	(7.930)	11.072		19.002	(6.141)	12.861
Administração								
Software	20,00	304	(184)	120	20,00	254	(127)	127
		304	(184)	120		254	(127)	127
Total do Intangível em Serviço		19.306	(8.114)	11.192		19.256	(6.268)	12.988
Intangível em curso								
Geração		228		228		268		268
Administração		202		202		203		203
Total do Intangível em Curso		430	-	430		471	-	471
Total do Intangível		19.736	(8.114)	11.622		19.727	(6.268)	13.459

13 Debêntures

13.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2019				31/12/2018				
										Encargos Circulante	Encargos Circulante	Encargos Não Circulante	Total	Encargos Circulante	Encargos Circulante	Encargos Não Circulante	Total	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	16.650	10	156.500	3ª emissão em 15/12/2014	15/12/2014 a 15/06/2030	Financiamento para construção da UHE Cachoeira Caldeirão	IPCA + 7,2743% a.a.	Principal e Juros semestrais a partir de 15/12/2017	a. Penhor de ações da EDP - Energias do Brasil e da CTG Brasil; b. Contas vinculadas; c. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil; d. Fiança bancária da CTG Brasil.	1.218	19.704	199.967	220.889	568	12.956	213.183	226.707
(-) Custos de emissão					(891)		15/12/2014 a 15/06/2030		Amortização mensal			(76)	(393)	(469)		(84)	(432)	(516)
Total											1.218	19.628	199.574	220.420	568	12.872	212.751	226.191

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima é de R\$220.889 em 31 de dezembro de 2019 (R\$226.707 em 31 de dezembro de 2018).

13.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2018	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2019
Principal	12.956	(13.327)		19.053		1.022	19.704
Juros	568	(16.398)	16.928			120	1.218
Custo de transação	(84)			(39)	47	(76)	
	13.440	(29.725)	16.928	19.014	47	1.142	20.846
Não circulante							
Principal	213.183			(19.053)		5.837	199.967
Custo de transação	(432)			39		(393)	
	212.751	-	-	(19.014)	-	5.837	199.574

13.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Circulante	
2020	20.846
	20.846
Não circulante	
2021	16.590
2022	21.358
2023	21.366
2024	21.373
2025	21.382
2026 até 2030	97.505
	199.574
Total	220.420

14 Empréstimos e financiamentos

14.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2019				31/12/2018			
										Encargos Circulante	Encargos Circulante	Encargos Não Circulante	Total	Encargos Circulante	Encargos Circulante	Encargos Não Circulante	Total
BNDES	504.100	25/11/2014	482.886	25/11/2014 a 15/11/2037	Implementação do projeto de construção da UHE Cachoeira Caldeirão	a. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização apurado, anualmente, em 31 de dezembro. b. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 20% apurado, anualmente, em 31 de dezembro.	TJLP + 2,12% a.a.	Principal e Juros mensais a partir de 15/11/2017.	a. Penhor de Ações; b. Contas Vinculadas; c. Vinculação de receitas; d. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil e Fiança Bancária da CTG Brasil proporcionais às suas participações.	4.150	32.732	528.875	565.757	3.946	30.494	543.795	578.235
(-) BNDES - Custos de Transação					(3.432)	25/11/2014 a 15/11/2037		Amortização mensal			(258)	(2.289)	(2.547)		(270)	(2.547)	(2.817)
Total										4.150	32.474	526.586	563.210	3.946	30.224	541.248	575.418

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. O valor total referente às garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R\$565.757 em 31 de dezembro de 2019 (R\$578.235 em 31 de dezembro de 2018).

14.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2018	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2019
Principal	30.494	(14.436)		16.582		92	32.732
Juros	3.946	(43.972)	44.163			13	4.150
Custo de Transação	(270)			(258)	270	(258)	
	34.170	(58.408)	44.163	16.324	270	105	36.624
Não circulante							
Principal	543.795			(16.582)		1.662	528.875
Custo de Transação	(2.547)			258		(2.289)	
	541.248	-	-	(16.324)	-	1.662	526.586

14.3 Vencimento das parcelas

	Circulante
2020	36.624
	36.624
Não circulante	
2021	16.151
2022	17.424
2023	18.795
2024 até 2028	114.192
2029 até 2033	114.192
2033 até 2037	245.832
	526.586
Total	563.210

15 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O reconhecimento inicial da obrigação até o término do contrato de concessão foi capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 11) e realizado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em agosto de 2013, uma vez que LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2018	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias			Saldo em 31/12/2019
			Pagamentos	Transferências		
Circulante						
Uso do bem público	893	(1)	19	(940)	956	927
	893	(1)	19	(940)	956	927
Não circulante						
Uso do bem público	10.897	320	861	(956)	11.122	
	10.897	320	861	(956)	11.122	

16 Provisões

	Nota	Circulante			Não circulante		
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	16.1			10.805	15.803		
Licenças ambientais	16.2	11.644	16.096	1.832	4.631		
Total		11.644	16.096	12.637	20.434		

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

16.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

16.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					Ativo		
	Nota	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Depósito Judicial	
							31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas		573	30	(12)	(287)	(288)	16	1
Cíveis	16.1.1.1	15.230	2.681	(7.588)	(1.792)	1.649	10.180	93
Outros		-	743	(101)	(33)	609		
Total Não circulante		15.803	3.454	(7.701)	(2.112)	1.361	10.805	94

16.1.1.1 Cível

Dentre as ações cíveis destacam-se demandas envolvendo desapropriações e relativas ao evento de passagem de água ocorrido na abertura contratada na enseadeira da UHE Cachoeira Caldeirão onde, em 7 de maio de 2015, devido a cheia do rio Araguari, a Companhia realizou a abertura contratada na enseadeira na margem esquerda para permitir a passagem das águas do rio. Na sequência desse procedimento de segurança e de manobras executadas por outras usinas da região, verificou-se um alargamento parcial da cidade de Ferreira Gomes, a jusante da barragem.

Mediante o ocorrido, em 18 de maio de 2015, a Companhia assinou junto ao Ministério Público do Estado do Amapá um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, sem presunção de culpa, com o objetivo de promover a indenização em caráter emergencial das famílias e comerciantes atingidos pelo alargamento. Os Ministérios Público, Estadual e Federal ajuizaram ação de Medida Cautelar com intuito de apurar, por meio de perícia judicial, a causa e os responsáveis pelo ocorrido em face da UHE Ferreira Gomes, UHE Coaracy Nunes, Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá - Imap e da Companhia.

Os reclamantes alegam terem sido impactados pelo alargamento, demandando a aplicação dos termos do TAC, adicionais aos previamente assinados pela Companhia, qual seja indenização em R\$20 para residências e R\$35 para estabelecimentos comerciais.

Em relação às referidas ações, a Companhia interpôs recurso, que foi admitido pelo colégio recursal do Amapá, que suspendeu parte das ações em trâmite no Juizado Especial Cível, até decisão final no Supremo Tribunal Federal - STF. Contudo, no mês de março de 2019, a Companhia participou do mutirão de acordos promovido pelo Tribunal de Justiça do Amapá, em conjunto com o juízo da Comarca de Ferreira Gomes, encerrando parte dos processos judiciais em andamento. O recurso da Companhia não foi conhecido pelo STF, desta forma parte das ações suspensas voltaram a tramitar. Ainda encontram-se suspensa ações com pedidos de danos morais.

A Companhia havia acionado sua seguradora para reembolso das indenizações e despesas gerais decorrentes do evento e, em 13 de agosto de 2018, encerrou-se o processo de regulação do seguro apurando-se como indenização para Companhia, já líquida de franquia, o valor de R\$28.000.

11.2 Movimentação do Intangível

	Nota	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Transf. para intangível em serviço	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2019
Software		127		50	(57)	120
Direito de concessão - Licenças ambientais		4.513			(1.504)	3.009
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	11.2.1	8.348			(285)	8.063
Total do Intangível em serviço		12.988	-	50	(1.846)	11.192
Intangível em curso						
Outros intangíveis em curso		471	9	(50)		430
Total do Intangível em curso		471	9	(50)	-	430
Total do Intangível		13.459	9	-	(1.846)	11.622

11.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Cachoeira Caldeirão. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo (Nota 15) e capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação da usina. A amortização foi iniciada a partir da data de entrada em operação comercial da UHE, em junho de 2016, e ocorrerá pelo prazo da concessão (Nota 1.1.1).

12 Fornecedores

	Nota	31/12/2019		31/12/2018	
		Encargos Circulante	Encargos Circulante	Encargos Circulante	Encargos Circulante
Suprimento de energia elétrica					
Encargos de uso da rede elétrica					
Operações CCEE					
Materiais e serviços					
Total					
São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.					
12.1 Materiais e serviços					
A redução no exercício refere-se principalmente, a liquidação de adiantamento de fornecedores relacionados a obra no montante de R\$5.304, conforme nota 10.2, quanto aos demais saldos a variação é decorrente principalmente da provisão de seguros e honorários advocatícios, realizados em 2018.					

	Encargos Circulante	31/12/2019			31/12/2018		
		Encargos Circulante	Encargos Circulante	Encargos Não Circulante	Encargos Circulante	Encargos Circulante	Encargos Não Circulante
Principal e Juros semestrais a partir de 15/12/2017	1.218	19.704	199.967	220.889	568	12.956	213.183
Amortização mensal		(76)	(393)	(469)		(84)	(432)
Total	1.218	19.628	199.574	220.420	568	12.872	212.751

A emissão realizada pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

(i) Extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora ou da(s) Acionista(s), bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora ou pela(s) Acionista(s), ou de falência relativo à Emissora ou à(s) Acionista(s) formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal, sendo que para a(s) Acionista(s) as disposições desta alínea somente são aplicáveis enquanto a(s) Fiança(s) estiverem em vigor;

(ii) Extinção definitiva da concessão para executar o projeto objeto do contrato de concessão;

(iii) Declaração de vencimento antecipado do Contrato de Financiamento da Emissora ou de qualquer financiamento contratado pela Emissora com o BNDES;

(iv) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora ou pelas Acionistas;

(v) Declaração de vencimento antecipado de qualquer financiamento ou empréstimo tomado pela Emissora junto a quaisquer instituições financeiras, em valor superior a R\$35.000, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a data de emissão até o respectivo vencimento;

(vi) Protesto de títulos contra a Emissora em montante individual ou agregado superior a R\$75.000, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a data de emissão até o respectivo protesto, salvo se for validamente comprovado pela Emissora que: (a) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado no prazo legal; ou ainda (c) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;

(vii) Qualquer alienação, cessão ou transferência direta ou indireta de ações representativas do capital social da Emissora, que resultem na mudança do controle acionário direto ou indireto da Emissora sem prévia autorização

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seu intervalo conforme apresentado a seguir: CDI entre 4,1% e 6,4% a.a.; TJLP entre 4,9% e 5,2% a.a.; e IPCA entre 0,6% e 7,5% a.a.

23.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados nas notas 13 e 14.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetuadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 25.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2019					31/12/2018	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	10.631	2.109	66			12.806	20.318
Debêntures			20.846	80.687	118.887	220.420	226.191
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	3.052	6.104	27.468	52.370	474.216	563.210	575.418
Uso do bem público	79	157	691	3.153	7.969	12.049	11.790
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				494		494	222
	13.762	8.370	49.071	136.704	601.072	808.979	833.939

23.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 13 e 14.

Em 31 de dezembro de 2019, o *covenant* de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual a 1,20 referente aos contratos de financiamento, descrito na nota 14.1, não foi atendido, o que obrigaria a Companhia a manter em conta vinculada o equivalente a seis vezes o valor da última parcela liquidada do financiamento. Apesar desse item não implicar em um possível vencimento antecipado da dívida, a Companhia solicitou a dispensa do cumprimento de tal exigência aos seus credores. Com exceção do *covenant* mencionado, as demais cláusulas restritivas foram atendidas em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas para os Empréstimos e financiamentos (Nota 14) e Debêntures (Nota 13). Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

23.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando o custo na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 89% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio mensal médio de R\$86.

23.3.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência *Fitch Ratings* (ou equivalente para as agências *Moody's* ou *Standard & Poor's*). Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

23.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARSAP etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

23.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2019	31/12/2018
Total dos empréstimos e debêntures	783.630	801.609
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(62.488)	(59.387)
(-) Cauções	(30.927)	(28.295)
Total do Patrimônio Líquido	690.215	713.927
Total do capital	605.698	629.470
Índice de alavancagem financeira - %	1.295.913	1.343.397
	53,26%	53,14%

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Yujun Liu Presidente	Evandro Leite Vasconcelos Conselheiro	Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho Conselheiro
Luiz Otavio Assis Henriques Conselheiro	Antonio Eduardo Portela Ferreira da Costa Conselheiro	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente	Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho Diretor Operacional e Técnico
Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca Diretor Administrativo	Silvio Alexandre Scucuglia da Silva Diretor Financeiro

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)	Renan Silva Sobral Gestor Executivo de Contabilidade - Contador - CRC 1SP27196/O "S" AP
--	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.

Ferreira Gomes - AP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável ("Impairment") dos ativos não financeiros (Consulte as notas explicativas 2.6, 10 e 11 às demonstrações financeiras)

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 apresenta nas rubricas de imobilizado e intangível os montantes de R\$ 1.208.361 mil e R\$ 11.622 mil, respectivamente. A Companhia avalia a recuperação do valor contábil da sua unidade geradora de caixa ("UGC"), com base em seu valor em uso utilizando-se do método do fluxo de caixa descontado, considerando determinadas premissas, tais como taxa de desconto, projeção de receita e custos e fatores externos. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas premissas de taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos poderia ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados à avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas do fluxo de caixa, tais como: taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos usadas pela Companhia bem como a modelagem para fins de apuração do fluxo de caixa descontado. Além disso, realizamos discussões com a administração e comparamos com as informações históricas. Avaliamos também as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos (Consulte a nota explicativa 6 às demonstrações financeiras)

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 apresenta créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 62.691 mil, cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros, preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Devido à incerteza inerentes ao processo de determinação das estimativas, tais como, projeção de receitas, custos e resultado financeiro, para as projeções dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos ativos fiscais diferidos e, pelo fato que eventuais mudança nas metodologias e nas premissas utilizadas podem impactar de forma relevante o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para avaliar os dados e as premissas utilizadas, tais como, projeção de receitas e custos nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como o crescimento econômico projetado, volume e preço de venda de energia. Com o auxílio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração nas quais são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Também avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo

24 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

24.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	2019		
				Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2019
				Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	8	28.295	522	2.110	-	30.927
		28.295	522	2.110	-	30.927
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento						
Debêntures	13	226.191	(29.725)	6.979	16.975	220.420
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	14	575.418	(58.408)	1.767	44.433	563.210
		801.609	(88.133)	8.746	61.408	783.630
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		773.314	(88.655)	6.636	61.408	752.703

	Nota	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	2018		
				Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2018
				Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures		26.647	(249)	1.897	-	28.295
		26.647	(249)	1.897	-	28.295
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento						
Debêntures		222.956	(22.091)	9.119	16.207	226.191
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		584.024	(58.399)	4.021	45.772	575.418
		806.980	(80.490)	13.140	61.979	801.609
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		780.333	(80.241)	11.243	61.979	773.314

24.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

	2019	2018
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	(3.121)	360
Provisão para contingências no imobilizado e intangível	649	-
Total	(2.472)	360

25 Compromissos contratuais e Garantias

25.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	31/12/2019					31/12/2018
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais						75
Obrigações de compra						
Compra de Energia	5.059	9.487	8.758	36.597	59.901	29.570
Materiais e serviços	6.674	10.788	1.512	4.682	23.656	27.216
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	49.527	65.077	49.150	90.839	254.593	380.383
	61.260	85.352	59.420	132.118	338.150	437.244

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2019					31/12/2018
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais						76
Obrigações de compra						
Compra de Energia	4.847	9.694	9.694	67.856	92.091	31.373
Materiais e serviços	6.674	8.423	1.275	4.868	21.240	31.218
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	55.933	101.262	85.956	218.784	461.935	527.666
	67.454	119.379	96.925	291.508	575.266	590.333

25.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Limite máximo garantido	
		31/12/2019	31/12/2018
Ações judiciais	Seguro garantia	2.702	-
Outros	Receíveis	1.320	1.384
		4.022	1.384

Os valores em garantia de Debêntures (Nota 13) e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 14), estão demonstrados em suas respectivas notas.

26 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	15.868	15.868	30.092	30.092
Usina	1.006.356	200.000		